

Folha 25

**ATA NÚMERO QUATRO DO MANDATO 2013/2017**

Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e catorze, às vinte e uma horas, e quinze minutos, nas instalações do Salão Paroquial da Barreira, realizou-se a sessão ordinária da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, presidida pelo seu Presidente, Júlio Augusto Bilhota Salvador Xavier, na presença de todos os seus membros com a exceção de Cátia Filipa da Piedade Biscaia, que previamente justificou a sua falta, tendo a justificação sido aceite pelo Presidente da Assembleia e dos elementos Ana Sofia Manso, que não apresentou qualquer justificação e de Carlos Guerra, tendo este comparecido durante o período antes da Ordem de Trabalhos, que foi a seguinte: -----

1. **Discussão e aprovação da ata da Assembleia anterior;** -----
2. **Contas da gerência das extintas Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do período compreendido entre 1 de janeiro e 27 de setembro de 2013;** -----
3. **Apreciação e aprovação das contas da gerência da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no período compreendido entre 30 de setembro e trinta e um de dezembro de 2013;** -----
4. **Apreciação e aprovação da Revisão Orçamental;** -----
5. **Proposta de alteração do prazo do “Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Leiria e a extinta Freguesia de Cortes em 29/09/2009 – alteração ao clausurado por adenda” – Antiga Adega Cooperativa;** -----
6. **Aprovação da lista de erros e omissões referente ao procedimento de concurso público da construção do auditório dos Pousos;** -----
7. **Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais de Correia Mateus e Pousos. Revogação Substitutiva da Deliberação da Câmara Municipal de Leiria nº 1405/13, Ata nº 24, de 26/11/2013, com efeitos retroativos;** -----
8. **Aprovação do Projeto de Regulamento e tabela de Taxas e Licenças.**

Dando início à sessão e antes da Ordem de Trabalhos, o Sr. Presidente da Assembleia propôs aos membros deste órgão que colocassem as questões que entendessem pertinentes, sendo que ele próprio tinha algumas, relacionadas com dois pontos que ficaram pendentes na última Assembleia, nomeadamente o Regulamento de Taxas e Licenças cuja aprovação ficou condicionada, e os contratos interadministrativos para os quais foi delegada competência no Presidente da Junta de Freguesia para assinar, desde que não houvesse alterações significativas e ainda, acerca do ponto da situação em que se encontra o assunto do selo branco e outros símbolos representativos da Freguesia. Referiu também a carta que lhe foi enviada pela empresa Eletrocortes, representante da Euronics, pretendendo a redução da respetiva renda. -----

Tomando a palavra, o Presidente José Cunha, referindo-se aos contratos interadministrativos de delegação de competências informou que não houve alterações. Relativamente ao selo branco, comunicou que já foram mandados fazer quatro selos brancos para as quatro secretarias em funcionamento. -----

No que concerne a carta da Eletrocortes, informou que a Junta de Freguesia é unânime em não reduzir a renda, não só por a inicial já ter sido objeto de uma redução de vinte por cento, há cinco anos atrás e desde então não ter sofrido qualquer atualização, como também porque a redução ora proposta, a ser concedida, iria colocar a renda em metade da inicial e obrigar a uma avaliação de todos os contratos celebrados com outros inquilinos, o que afetaria significativamente a receita da Freguesia. -----

O Presidente Júlio Bilhota Xavier, considerando ser este um assunto de interesse global e que havia um pedido dirigido à Assembleia de Freguesia, colocou à votação a proposta, tendo sido aprovada por unanimidade, a não redução da renda em causa. -----

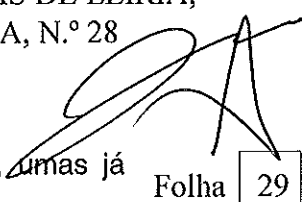
De seguida, Inês Moreira, após enaltecer a Junta de Freguesia pelas obras realizadas no edifício da secretaria de Pousos, colocou uma questão que lhe tem sido frequentemente apresentada e se prende com o passeio anual para idosos, que era habitualmente realizado pela Junta de Freguesia de Pousos, pretendendo saber o que o Executivo está a pensar fazer sobre o assunto. -----

Relativamente a esta questão, o Presidente José Cunha disse ter o Executivo deliberado que o evento irá acontecer nos Pousos, embora noutros moldes, bem como manter o que era habitual fazer nas restantes freguesias extintas. --- Posto isto, o vogal Carlos Coelho aproveitou o momento para apresentar uma moção intitulada "40 anos da revolução de abril 1974" que, colocada a votação, foi aprovada por unanimidade. O documento ficará apenso à presente ata e dela fará parte integrante. -----

O membro Fernando Antunes entendeu fazer alguns reparos, iniciando pela obra, já referida, em execução no edifício da Junta, em Pousos, qualificando-a de uma boa obra tida como necessária, foi feita através de concurso levado a efeito pela Câmara Municipal em parceria com a Junta de Freguesia em funções na altura, através de protocolo. Assim, questionou o Executivo acerca de quem pagou as obras de reparação. Relativamente ao alargamento de uma rua em Cortes, onde foram construídos muros e valetas, interrogou sobre o respetivo protocolo e com que dinheiros estes trabalhos foram realizados. Quanto às delegações de competências de dois mil e treze, perguntou se já estão concluídas. Perguntou também qual o ponto da situação relativamente à lista que existe, referente a várias obras a concluir na mesma altura das delegações de competências de dois mil e treze, a custear pela então Junta de Freguesia de Pousos. Ainda, quanto às regalias que algumas das extintas Freguesias davam e que estão a ser anuladas por este executivo, gostaria que fossem explicados a esta Assembleia, quais os critérios utilizados. Perguntou também o porquê, de trabalhos da responsabilidade da Câmara Municipal, estarem a ser custeados pela Junta de Freguesia. Relativamente ao protocolo feito entre a Junta de Freguesia de Pousos e o Lar, perguntou sobre o ponto da situação, no que concerne a ocupação dos lugares, no âmbito do referido protocolo. Finalizando, quis saber qual a defesa deste executivo, relativamente à Rua dos Cantoneiros nos Pousos que, depois de todas as diligências feitas entre a Junta de Freguesia de Pousos e a Câmara Municipal, para a sua abertura e legalização, se encontra atualmente bloqueada. -----

O Presidente José Cunha, respondendo pela ordem em que as questões foram apresentadas esclareceu, quanto às obras do edifício dos Pousos que após apurados todos os custos, estes serão apresentados à Câmara Municipal, que é a entidade responsável. Quanto ao arruamento nas Cortes, explicou que foi

detetada a necessidade do seu alargamento e, uma vez que os proprietários confinantes estavam dispostos a ceder terreno para o efeito, entendeu-se agir com alguma urgência, aproveitando esta boa vontade, o que talvez não se verificasse se aguardassem por protocolos da Câmara para aquele fim. Continuando, disse que em relação às delegações de competências de dois mil e treze, da responsabilidade da Câmara, a única obra que ainda não está totalmente terminada é a Rua de São Luís. Esclareceu, quanto às outras obras com que o anterior executivo se comprometeu, que são obras de pavimentação que o clima não tem permitido realizar, mas que irão ser iniciadas a curto prazo. Informou que a Câmara estabeleceu um perímetro urbano no qual dará apoio na colocação de espelhos, grelhas, manutenção dos espaços verdes. Fora desse perímetro terá de ser a Junta de Freguesia a assegurar a colocação de grelhas e espelhos, a fim de evitar acidentes. Quanto às outras ajudas, referiu que o Executivo está a tentar preparar um Regulamento de Apoios às Coletividades que pretende seja prático, de fácil entendimento e objetivo, em que haja algum critério para que esses apoios não sejam concedidos indiscriminadamente. Relativamente ao empréstimo de viaturas, há vários pedidos semanais e o Executivo tenta agir com equidade, cedendo os veículos para que não sejam sempre os mesmos a beneficiarem da utilização das carrinhas e mantendo os compromissos de apoio anteriormente assumidos, nomeadamente com grupos desportivos até final da época desportiva, altura em que irão ser tomadas outras medidas. Relativamente ao Lar, explicou que atualmente se encontram quatro, dos cinco pousenses que ali residiam, devido ao óbito de um deles. Como no momento não havia em carteira candidato a ocupar o quinto lugar, foi permitido à direção da instituição que ocupasse a vaga, com a condição de, quando se verificasse a próxima vaga, a Junta de Freguesia ser informada, para avaliar se existe alguém nos Pousos que o Executivo considere que possa beneficiar do apoio. Em relação à Rua dos Cantoneiros, explicou ser um problema levantado neste mandato, que envolve uma obra construída e licenciada pela Câmara Municipal, com base numa rua que a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal legalizaram. Entretanto um dos três herdeiros, alega nunca ter dado autorização para a abertura da rua. É o Município que está a tratar do assunto, embora o



Executivo, em parceria, esteja a acompanhar, nas várias reuniões, umas já realizadas outras a realizar, para debater o assunto. -----

Dados os esclarecimentos por terminados, o Presidente Júlio Bilhota Xavier, deu início à Ordem de Trabalhos.

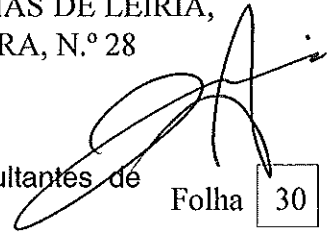
1. **Discussão e aprovação da ata da assembleia anterior**, previamente enviada por correio eletrónico a todos os membros desta Assembleia e do Executivo. -----

O membro Carlos Coelho observou que a ata já tinha sido aprovada em minuta, tendo sido esclarecido pelo. Presidente da Assembleia, que apenas foram aprovados em minuta alguns pontos da ata, não o seu todo. Não existindo outros comentários, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, com uma abstenção do membro Inês Isabel Sousa Lopes, por não ter estado presente naquela assembleia. -----

2. **Contas da gerência das extintas Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, do período compreendido entre 1 de janeiro e 27 de setembro de 2013.** Foi dada a palavra, ao Presidente José Cunha que explicou que as contas individuais de cada uma das Juntas de Freguesia foram aprovadas, por imperativo legal, pelo respetivo Executivo e que as enviaram para o Tribunal de Contas. -----

O membro Fernando Antunes tomou a palavra para pedir esclarecimentos relativamente ao facto de uma das Freguesias ter transitado com um saldo positivo mas, depois das eleições, terem surgido uma série de faturas antigas referentes a obras dessa Freguesia. -----

O Presidente José Cunha depois de referir o saldo de cada uma das Freguesias, esclareceu que os pagamentos efetuados após as eleições, foram um muro na Barreira que custava seis mil euros, do qual havia uma receita prevista do Instituto do Emprego e Formação Profissional na ordem dos cinco mil e quinhentos euros e nas Cortes havia uma dívida de cerca trinta e sete mil euros que já foi paga. Havia mais umas pequenas contas diversas, cerca de treze mil euros que tiveram a ver com pequenos eventos. Por outro lado, Cortes tem na posse da Câmara a quantia de cerca de quarenta e dois mil euros, referente à alienação de terrenos e dos Pousos proveio da Câmara oitenta mil euros, referentes à Casa Velório e há ainda a receber oitenta e sete



Folha 30

mil euros do auditório e da Brisa quarenta e oito mil euros resultantes de expropriações. -

**3. Apreciação e aprovação das contas da gerência da União das Freguesias de Leiria, Pousos, Barreira e Cortes, no período compreendido entre 30 de setembro e trinta e um de dezembro de 2013.** Na posse da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia fez notar que a leitura que se pode fazer dos mapas em análise, nomeadamente nos fluxos de caixa é a mesma dos documentos apresentados no ponto anterior, o princípio é o mesmo, a receita igual à despesa. No entanto a União de Freguesias tem dívida a pagar e receita a realizar, valores que, juntamente com o que se encontra depositado no banco, irão ser futuramente incorporados no saldo de caixa das contas da União de Freguesias. -----

O Presidente Júlio Bilhota Xavier apresentou a dívida que lhe surgiu, referente à data exata em que o atual Executivo tem responsabilidades sobre a receita e a despesa da Freguesia, tendo em consideração que a tomada de posse foi em finais de outubro. -----

O Presidente José Cunha informou que estas contas são da responsabilidade da atual Junta de Freguesia, é esta que as executa. Disse que o Executivo pretende arrumar tudo o que havia, assumindo os compromissos que os anteriores executivos tinham com a população, e com os seus credores. -----

O membro da Junta, Filomena Baptista, tomou a palavra para, indo ao encontro da questão colocada pelo Presidente da Assembleia, tentar dar um esclarecimento com base legal, informando que a responsabilidade dos órgãos deliberativos e executivo, é a partir da data da tomada de posse. O período compreendido entre o dia das eleições e o dia da tomada de posse, é da responsabilidade dos respetivos órgãos executivos de cada Freguesia que ficam em funções, até à sua substituição legal, que resulta da Lei 81/2013, de seis de dezembro que legisla o período de transição das Freguesias no âmbito da reorganização administrativa, operada pelas Leis 56/2013 e a Lei 11-A, Lei que criou esta Freguesia, por agregação. Esclareceu ainda que a alínea a) do artigo dois, da referida Lei diz exatamente que os titulares dos órgãos autárquicos, mantêm-se em funções desde a data das eleições gerais para as autarquias locais, até à sua substituição legal, ocorrida com a instalação dos órgãos eleitos, atuando em nome e por conta das Freguesias criadas por

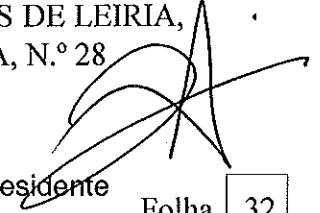
agregação. No entanto, esta mesma Lei estabelece que as contas têm que ser apresentadas desde o dia vinte e nove de setembro, tendo em conta que as quatro Freguesias foram extintas naquela data. Portanto, para efeitos de responsabilidade dos órgãos, só funciona a partir da tomada de posse mas, para efeitos de apresentação de contas, começa a partir de vinte e nove de setembro data da criação da União de Freguesias. -----

Não tendo sido apresentadas outras questões, o Presidente da Assembleia colocou as contas da gerência a votação que foram aprovadas por unanimidade. -----

4. **Apreciação e aprovação da Revisão Orçamental.** Novamente na posse da palavra, o Presidente da Junta de Freguesia, explicou que esta revisão surgiu da necessidade de incorporar na receita, o saldo da gerência do ano anterior, dividindo o mesmo valor nas rubricas da despesa que se entendeu serem mais relevantes, fazendo notar que, do saldo que transitou da Junta de Freguesia de Pousos, um milhão e setecentos mil euros, já havia sido integrado no orçamento inicial na rubrica consignada à construção do auditório. Não tendo a Assembleia apresentado questões, o senhor Presidente colocou a Revisão Orçamental a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. -----

5. **Proposta de alteração do prazo do “Contrato de Comodato celebrado entre o Município de Leiria e a extinta Freguesia de Cortes em 29/09/2009 – alteração ao clausurado por adenda” – Antiga Adega Cooperativa.** A fim de esclarecer este ponto, o Presidente da Junta fez uma breve exposição, explicando que surgiu de um presidente da Junta de Freguesia de Cortes, a proposta de alargar o prazo do contrato de comodato, de quatro para quarenta anos. Este prolongamento tem a ver com a instalação de algumas associações, nomeadamente a Banda Filarmónica, que pretendia autorização da Câmara para ali fazer a sua sede e o prazo inicial não lhe dava garantia de continuidade. Mais informou que a Câmara já aprovou, mas precisa da ratificação desta Assembleia de Freguesia para validar a proposta. -----

O membro Carlos Coelho manifestou a sua opinião, dizendo que não concorda que venha à Assembleia de Freguesia, um documento da Câmara. Que o contrato deveria vir mas com a informação do Sr. Presidente da Junta de Freguesia e não a informação da Câmara Municipal. -----



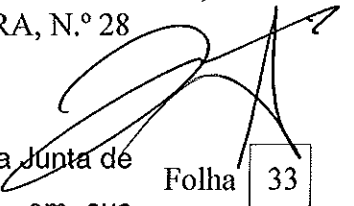
Não havendo outros esclarecimentos pedidos pela Assembleia, o Presidente da Assembleia, colocou a votação a proposta, que foi ratificada por maioria, com uma abstenção do membro Fernando Antunes. De seguida propôs que a sua aprovação fosse em minuta, proposta aprovada por unanimidade. -----

**6. Aprovação da lista de erros e omissões referente ao procedimento de concurso público da construção do auditório dos Pousos.** Quanto a este ponto, o Presidente José Cunha, informou que todas as empreitadas que a Junta de Freguesia possa ter necessidade de realizar, terão de ser implementadas através de uma plataforma eletrónica. A obra em assunto foi lançada na dita plataforma e os concorrentes apresentaram dúvidas, que levaram a algumas esclarecimentos por parte do técnico projetista que elaborou a presente lista que se submete à aprovação da Assembleia. Continuando, exemplificou uma questão pertinente que teve a ver com o mobiliário, nomeadamente as cadeiras, que fazem parte do contrato cujo pavimento não estava previsto, bem como não estavam previstos os arranjos exteriores. No entanto, afirmou, o valor orçamentado para a obra não sofreu alteração. -----

Não tendo a Assembleia colocado quaisquer questões, o documento apresentado foi, pelo Presidente da Assembleia Júlio Bilhota Xavier, colocado a votação, tendo sido aprovado por unanimidade. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

**7. Aprovação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências para a Gestão e Manutenção dos Pavilhões Desportivos Municipais de Correia Mateus e Pousos. Revogação Substitutiva da Deliberação da Câmara Municipal de Leiria nº 1405/13, Ata nº 24, de 26/11/2013, com efeitos retroativos.** Aberta esta questão, o Presidente da Junta de Freguesia esclareceu que este assunto foi aprovado pela Assembleia Municipal e que foi detetado um lapso na elaboração do documento, no que respeita ao técnico que o anterior contrato imputava à Junta, como também, quanto ao valor a pagar pela Câmara. O presente contrato prevê que o técnico seja da responsabilidade da Câmara e refere explicitamente os dois pavilhões sob a gestão da Junta de Freguesia, o da Correia Mateus e o dos Pousos, com a atribuição de seis mil euros para cada, para obras de manutenção, condições que não estavam explícitas no contrato anterior. -----





Folha 33

O membro Carlos Coelho disse entender que, tanto a Câmara como a Junta de Freguesia devem fundamentar estes contratos. Acrescentou que, em sua opinião, este contrato é uma dispersão da gestão de um sector desportivo, que dá prejuízo à Freguesia, considerando os encargos desta com os recursos humanos, com a agravante de ter de facultar à Câmara, gratuitamente, o número de horas por ela estipuladas, pelo que declarou não concordar com este contrato. -----

Sobre este assunto, o membro Fernando Antunes, questionou o Executivo acerca dos respetivos pagamentos por parte da Camara, se estão ou não em dia. -----

O Presidente da Assembleia expôs a sua surpresa em relação à escolha do técnico pois, sendo a gestão dos pavilhões, da responsabilidade da Junta de Freguesia, deveria ser esta a escolher o técnico e a ter com ele uma relação hierárquica. Por outro lado, continuou, não se devia aceitar um bem com estas responsabilidades, sem uma inventariação do estado, quer dos edifícios, quer dos equipamentos, a fim de saber se as verbas recebidas satisfazem as necessidades destes. -----

O Presidente José Cunha esclareceu o membro Carlos Coelho, que a cedência do pavilhão à Camara não é gratuita. Além do valor para obras de manutenção referidas no documento em análise, o Município atribui uma verba de sessenta e três mil, novecentos e sessenta euros, para compensação do desgaste causado pela utilização das instalações. Em resposta ao membro Fernando Antunes, disse que a verba dos pavilhões está a ser paga com pontualidade. Acrescentou que, aquando da entrega dos pavilhões às Juntas de Freguesia, houve uma avaliação a cada um dos pavilhões, feita por técnicos da Camara. Informou ainda que todas as obras estruturais são da responsabilidade da Câmara e que existe um inventário de todos os equipamentos que se encontram nos pavilhões. -----

Não havendo outras questões, o Presidenta da Assembleia colocou o contrato a votação, tendo sido aprovado por maioria, com um voto contra, do membro Carlos Coelho. Este ponto foi aprovado em minuta. -----

**8. Aprovação do Projeto de Regulamento e tabela de Taxas e Licenças.** O Presidente da Junta esclareceu que este ponto volta à Assembleia porque da última vez foi aprovado, sem que tivessem sido

cumpridos todos os procedimentos legais, nomeadamente a publicitação para discussão pública, o que já foi feito, tendo aproveitado para introduzir alguns pontos, que têm a ver com novas competências das Juntas de Freguesia, tais como, licenciamento dos arrumadores, de venda ambulante de lotarias e licenciamento de atividades ruidosas, nomeadamente romarias, festas e arraiais. Informou, para que conste, que do período de discussão pública, não resultou nenhuma reclamação ou sugestão. -----

O Presidente da Assembleia colocou uma dúvida relativamente aos arrumadores de automóveis, sobre a forma como a Junta de Freguesia está a pensar fazer cumprir o pagamento das taxas e se tem algum plano estratégico de integração dessas pessoas na sociedade. -----

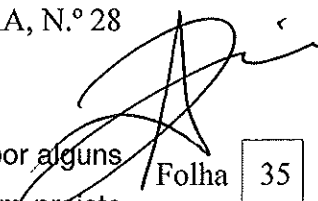
O Presidente José Cunha, referiu que praticamente toda a cidade está a ser taxada com parquímetros pelo que, o cidadão se vê forçado a pagar o bilhete de estacionamento e, eventualmente ao arrumador. No entanto, informou, até à data, na secretaria de Leiria, só apareceram dois candidatos. Acrescentou que a legalização desta profissão será difícil porque um dos requisitos é a apresentação do registo criminal dos candidatos, que têm que estar coletados. Acrescentou que de momento, estes licenciamentos não podem ser feitos por falta do Regulamento de Licenciamento das atividades que está a ser elaborado. -----

Não havendo outros esclarecimentos pedidos pela Assembleia, o Presidente, colocou a votação o assunto em análise, que foi aprovado por maioria, com um voto contra, do membro Carlos Coelho. De seguida propôs que a sua aprovação fosse em minuta, proposta aprovada por unanimidade. -----

Terminada a Ordem de Trabalhos o Presidente da Assembleia deu a palavra aos presentes que quisessem pronunciar-se. -----

O senhor Ramiro Antunes tomou a palavra, para expor ao executivo uma das suas preocupações, que é o caso do estacionamento. Como presidente da Casa do Benfica em Leiria, sente esse grande problema e gostaria de ter a Junta de Freguesia ao seu lado, a fim de pressionar a Câmara sobre o assunto. De seguida perguntou ao executivo que projeto desportivo é que tem para esta grande freguesia. -----

Em resposta, o Presidente José Cunha disse que, quanto ao estacionamento em Leiria é um dos problemas que não se conseguirá resolver, pelo facto de a



Folha 35

maior parte dos parques de estacionamento já estar concessionada, por alguns anos, a várias empresas. Informou que a Junta de Freguesia não tem projeto desportivo. Está a ser elaborado o Regulamento de Apoios, que abrange todas as instituições, que são muitas, no âmbito do desporto, da cultura e da ação social. -----

O Presidente da Assembleia focando a problemática dos transportes na zona de Leiria, perguntou se o executivo foi ouvido aquando da sua reestruturação, já anunciada na imprensa. -----

O Presidente da Junta respondeu que efetivamente participaram na reunião em que esse assunto foi debatido, juntamente com representantes de outras Freguesias. Foram tomadas e propostas várias medidas mas, inesperadamente a imprensa noticiou a alteração dos horários precisamente ao contrário do que tinha sido proposto. Entretanto surge a questão da consulta aberta, a partir do dia sete de abril no centro de saúde de Pousos, para onde serão encaminhados os utentes dos centros de saúde de Cortes, Barreira, Santa Eufémia e Boavista. Fez notar que também neste assunto, a Junta de Freguesia não foi ouvida. -----

O Presidente da Assembleia interveio, dizendo que quem deveria ter dado essa informação seria o Agrupamento do Centro de Saúde do Pinhal Litoral, que provavelmente não teve em conta nem se lembrou da questão dos transportes. Filomena Baptista referiu que em reunião em que estavam presentes o Vereador Lino e o representante da Rodoviária do Tejo, levantou-se a questão da possibilidade da consulta aberta passar a ser nos Pousos que, em consequência, iria aumentar o fluxo de pessoas naquela localidade e para terem isso em atenção na reestruturação dos transportes públicos. -----

Nuno Martinho fez um comentário em jeito de sugestão, no qual manifestou a sua preocupação acerca do facto de decisões como a dos transportes públicos, não serem tomadas com base em pareceres técnicos objetivos, porque existem modelos para saber qual é a melhor rede de transportes públicos que deve servir uma região, com base em dados objetivos que podem ser recolhidos, pelo que sugere que numa próxima reunião isso mesmo seja referido. -----

Não havendo mais assuntos a tratar, foi pelo Presidente da Assembleia encerrada a sessão, às vinte e três horas e trinta e cinco minutos, da qual se

lavrou a presenta ata que vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e  
por mim, Susana Agostinho, que a secretariei. -----

Folha 36

O Presidente

A Secretária

*Julio Augusto Billela Salgado Xavier*

*Susana Conceição Agostinho*

## MOÇÃO

### 40 ANOS DA REVOLUÇÃO DE ABRIL 1974

Comemorámos este ano o 40º Aniversário da Revolução de Abril, realização histórica do povo português, acto de emancipação social e nacional.

O 25 de Abril de 1974, desencadeado pelo heróico levantamento militar do Movimento das Forças Armadas (MFA), logo seguido de um levantamento popular, transformou profundamente toda a realidade nacional. Culminando uma longa e heróica luta, pôs fim a 48 anos de ditadura fascista e realizou profundas transformações democráticas, restituiu a liberdade aos portugueses, consagrou direitos, impulsionou transformações económicas e sociais.

40 anos depois, Portugal vive um dos mais graves períodos da sua história, o mais difícil desde os anos negros do fascismo. Um período de confronto político com o 25 de Abril e com aquilo que representou de conquistas, de realizações e transformações sociais.

Portugal vive uma grave e profunda crise económica e social. Agrava-se a exploração dos trabalhadores e a degradação dos seus direitos, limitam-se as liberdades do povo português, empobrece o País, milhares de portugueses são empurrados para o desemprego e a emigração, a Constituição da República é subvertida e é posto em causa o futuro de Portugal e dos portugueses.

O Poder Local é parte integrante do regime democrático e do seu sistema de poder. É uma conquista que viu consagrada na Constituição da República os seus princípios democráticos. Um Poder Local amplamente participado, plural, colegial e democrático, dotado de uma efectiva autonomia administrativa e financeira. Afirmou-se, operando profundas transformações sociais e teve intervenção na melhoria das condições de vida das populações e na superação de enormes carências, substituindo e sobrepondo-se, até em alguns casos, na resolução de problemas que excedem em larga medida as suas competências.

As comemorações dos 40 anos da Revolução de Abril realizadas por esse Portugal fora, foram, ao mesmo tempo, um momento de reafirmação dos valores de Abril e de indignação pelo que estão a fazer ao Povo, ao País e ao Poder Local.

Face ao exposto a AF da União de Freguesias de Leiria Pousos Barreira e Cortes, reunida a 29/04 / 2014 , delibera:

Promover e estimular a luta em defesa dos valores e conquistas de Abril, da Constituição da República Portuguesa e pela exigência duma ruptura que abra caminho a uma política que sirva Portugal e os portugueses.

*Com os votos de  
FCP*